

Processo Seletivo para ingresso no Programa de Residência Jurídica no âmbito do
Poder Judiciário do Estado de Goiás

RESIDÊNCIA JURÍDICA

CADERNO DE QUESTÕES

04/06/2023

DISCIPLINA	QUESTÕES
Direito Administrativo	01 a 10
Direito Civil	11 a 25
Direito Constitucional	26 a 35
Direito Penal	36 a 50
Direito Processual Civil	51 a 65
Direito Processual Penal	66 a 80
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Passos ecoam na sala fechada.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e discursivas. Cada questão de múltipla escolha apresenta cinco alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique ao fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

PROCESSO SELETIVO

QUESTÃO 01

O artigo 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê os princípios que norteiam toda a atuação da Administração Pública. A definição segundo a qual "a Administração deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população" (MEDAUAR, 2021, p. 137) refere-se ao princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) eficiência.
- (C) legalidade.
- (D) publicidade.
- (E) moralidade.

QUESTÃO 02

Segundo o Decreto-lei nº 200/67, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal, o termo "empresa pública" designa

- (A) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- (B) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou à entidade da Administração Indireta.
- (C) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- (D) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- (E) o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.

QUESTÃO 03

A anulação e a revogação constituem meios de desfazimento do ato administrativo. O Supremo Tribunal Federal, mediante a edição da Súmula 473, distingue as duas figuras, dispondo que

- (A) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, excluídos os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (B) a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (C) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, no primeiro caso, a apreciação judicial.
- (D) a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, no último caso, a apreciação judicial.
- (E) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

QUESTÃO 04

É possível, no exame judicial da validade dos atos administrativos diante da falta de norma processual administrativa específica a utilização dos dispositivos regentes da Lei de Ação Popular (Lei nº 4.717/65), conforme a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça. Segundo essa Lei Federal, a ilegalidade do objeto fica caracterizada

- (A) quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- (B) quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- (C) quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- (D) quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- (E) quando o agente pratica o ato objetivando descumprir o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

QUESTÃO 05

É característica das agências reguladoras

- (A) a estabilidade de seus dirigentes durante os mandatos.
- (B) a sujeição à tutela administrativa das entidades paraestatais.
- (C) a subordinação hierárquica a órgãos de cúpula do Poder Executivo.
- (D) a ausência de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.
- (E) a prestação de serviços públicos nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

QUESTÃO 06

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sedimentada na Súmula nº 377, tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência

- (A) a pessoa com surdez unilateral.
- (B) a pessoa negra ou parda.
- (C) a pessoa com visão monocular.
- (D) a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- (E) a pessoa maior de 80 (oitenta) anos.

QUESTÃO 07

Por ocasião da apreciação do Tema 365 da repercussão geral, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 580252/MS, o Supremo Tribunal Federal fixou a seguinte tese: "Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou da insuficiência das condições legais de encarceramento". No caso, foi aplicada a teoria da

- (A) responsabilidade por falta de serviço.
- (B) responsabilidade objetiva.
- (C) responsabilidade por culpa anônima.
- (D) responsabilidade subjetiva.
- (E) responsabilidade por culpa civil.

QUESTÃO 08

A Lei nº 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, passou por alterações com a promulgação da Lei nº 14.230/2021, destacando-se, entre elas,

- (A) a fixação do foro por prerrogativa de função às autoridades dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- (B) a dispensa da voluntariedade do agente para a caracterização do dolo nas condutas tipificadas na Lei.
- (C) a redução do prazo de prescrição para a aplicação das sanções de 8 (oito) para 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes do dia em que cessou a permanência.
- (D) a vedação do ajuizamento da ação de improbidade administrativa para o controle da legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- (E) a possibilidade jurídica de condenação solidária à reparação dos danos causados por agentes públicos e particulares direta ou indiretamente beneficiados por atos de improbidade que ensejam enriquecimento ilícito, causam prejuízos ao erário e violam os princípios da administração pública.

QUESTÃO 09

Os meios de controle da administração pública, pelo critério da finalidade, classificam-se como

- (A) controle discricionário e vinculado.
- (B) controle interno e externo.
- (C) controle prévio e posterior.
- (D) controle administrativo e parlamentar.
- (E) controle de legalidade e de mérito.

RASCUNHO

QUESTÃO 10

Consoante a Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), a transparência da gestão fiscal será assegurada mediante

- (A) a restrição ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (B) a verificação do cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.
- (C) o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- (D) a vedação à adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.
- (E) a definição dos limites com a despesa total com pessoal, consistente no somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 11

Tomando como referência a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, sobre as leis estrangeiras, sua aplicabilidade não prescinde de que

- (A) no momento em que há ausência de lacuna, o julgador pode se valer de um costume para afastar a aplicação da lei, pois costume é fonte do direito, estando tal cenário em harmonia com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB.
- (B) quando buscamos o brocardo "*da mihi factum, dabo tibi jus*", esse sofre mitigação no ordenamento pátrio, pois o juiz, não conhecendo a norma estrangeira, poderá exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.
- (C) na ocasião em que a lei do país onde domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome e os direitos de família aplicam-se à lei brasileira no tocante à capacidade.
- (D) em um determinado tempo, um estrangeiro que veio a passeio ao Brasil, trazendo através de um navio cargueiro um veículo para essa finalidade, sujeita esse bem móvel à lei brasileira.
- (E) logo que estudamos o arcabouço civilista, podemos atestar válida e regular a aquisição de terras no Brasil por uma empresa estatal estrangeira, embora desapropriáveis.

QUESTÃO 12

Leia o caso a seguir.

Havia um programa humorístico de televisão. Certa vez, esse programa fez uma reportagem em uma praia de naturismo. A praia é dividida em dois setores: um aberto para todo o público e outro apenas para naturistas. Os dois setores são divididos por uma escada de acesso, na qual ficam pessoas que zelam pelo cumprimento das regras, dentre as quais se encontra a proibição de fotografar, gravar ou filmar os naturistas sem a permissão deles. A reportagem foi até a área restrita e filmou J. P., um dos frequentadores que estavam no local. A filmagem foi feita sem autorização e com atribuição de conotação pejorativa, tendo sido utilizados os seguintes dizeres: "Desfile de moda do 'Zé Pelinho' no cóccix".

Sobre os direitos de personalidade, relativos à pessoa natural, podemos mensurar que a situação do texto

- (A) subtrai o dano moral, nem tampouco há sujeição a eventual indenização, considerando-se que tais ambientes, embora restritos, não vedam expressamente a utilização de imagens.
- (B) expõe ao público em geral um evento que se deu por tempo insuficiente para a identificação do autor por conhecidos, fator esse preponderante para a violação de direitos.
- (C) dificulta a obrigação de indenizar, pois um mero dissabor não pode ser suficiente para gerar pagamento por danos morais.
- (D) perpetra o fato de a emissora de TV cometer ato ilícito ao filmar e divulgar, sem autorização, reportagem colocando o autor em situação vexatória, pois ridicularizou sua aparência.
- (E) corrobora a abusividade da atitude de dividir a praia em dois setores, pois trata-se de bem de domínio público, insuscetível de restrições.

QUESTÃO 13

O princípio da desconsideração da personalidade jurídica é aquele que permite que os efeitos de determinadas relações e obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiada direta ou indiretamente pelo abuso. Os critérios alternativos precursores da chamada teoria maior da desconsideração são

- (A) desvio de finalidade e confusão patrimonial.
- (B) atos dolosos e prática de atos culposos.
- (C) ativos e passivos transferidos sem efetivas contraprestações e elemento doloso.
- (D) lesão de credores e práticas de atos ilícitos.
- (E) sociedades que cumprem obrigações do sócio e vice-versa.

QUESTÃO 14

O conceito de domicílio alberga algumas características legais e situações fáticas. Na hipótese de ser fixado pela aspiração da pessoa, como exercício da autonomia privada trata-se de domicílio

- (A) legal.
- (B) convencional.
- (C) contratual.
- (D) necessário.
- (E) voluntário.

QUESTÃO 15

O instituto que se configura quando houver objetivo de mera realização da vontade do titular de um determinado direito, não havendo a criação de instituto jurídico próprio para regular direitos e deveres, com os efeitos da manifestação da vontade predeterminados pela lei, é

- (A) o fato jurídico.
- (B) a autocomposição.
- (C) o ato jurídico *strictu sensu*.
- (D) o negócio jurídico.
- (E) a vontade bilateral.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Acerca do instituto da prescrição, Savigny detalha que a primeira condição de uma prescrição possível coincide com a determinação do seu ponto de partida. Nesse sentido, é necessário haver

- (A) um *pacta sunt servanda*.
- (B) um lapso de tempo.
- (C) uma *bona fides*.
- (D) uma inação não interrompida.
- (E) uma *actio nata*.

QUESTÃO 17

Sobre a solidariedade passiva no direito das obrigações,

- (A) o credor tem direito a exigir e receber dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; com pagamento parcial, o que pagou continua obrigado pelo resto, exonerando-se os demais.
- (B) os devedores solidários, se falecem deixando herdeiros, não terão esses obrigados a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo a indivisibilidade.
- (C) o devedor que paga parcialmente a dívida solidária e tem remissão obtida, aproveita aos outros devedores.
- (D) o devedor que figura no polo passivo da ação responde pelos juros da mora isoladamente, ainda que existam mais devedores.
- (E) o credor não pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.

QUESTÃO 18

Leia o texto a seguir.

O contrato não pode ser mais visto como uma bolha, que isola as partes do meio social. Simbolicamente, funciona como uma agulha que fura a bolha, trazendo uma interpretação social dos pactos. Não se deve mais interpretar os contratos somente de acordo com aquilo que foi assinado pelas partes, mas sim levando-se em conta a realidade social que os circunda. Na realidade, à luz da personalização e constitucionalização do Direito Civil, pode-se afirmar que a real função do contrato não somente é a segurança jurídica, mas sim atender aos interesses da pessoa humana.

O texto tem correlação com o seguinte princípio:

- (A) autonomia privada.
- (B) força obrigatória do contrato.
- (C) função social do contrato.
- (D) relatividade dos efeitos contratuais.
- (E) *venire contra factum proprium*.

QUESTÃO 19

Sobre o instituto da venda com reserva de domínio, é cabível o entendimento de que

- (A) pelo risco da coisa responde o comprador antes da tradição.
- (B) seja incidente sobre coisa móvel.
- (C) ao longo da mora, é despiciendo o protesto do título ou interpelação judicial.
- (D) não se aplica a teoria do adimplemento substancial para esse instituto jurídico.
- (E) através do entendimento do STJ, esse mensura sobre a prescindibilidade da notificação extrajudicial.

QUESTÃO 20

Em apreciação ao instituto jurídico da doação,

- (A) a doação far-se-á por escritura pública, sendo o modo restrito para aperfeiçoamento do ato.
- (B) a promessa de doação no âmbito da transação perde o caráter de liberalidade.
- (C) a doação entre cônjuges casados é permitida sob o regime da comunhão universal de bens.
- (D) o bem de pequeno valor, via doação verbal de bens móveis, leva em conta o patrimônio do doador.
- (E) o doador não pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.

QUESTÃO 21

A lei que regulamenta a locação de coisas determina que

- (A) o objeto da locação correlaciona-se com coisa fungível.
- (B) resguarda-se o locatário de não ter a obrigação de segurar o locador contra a turbção de terceiros.
- (C) havendo deterioração da coisa sem culpa do locatário, poderá haver redução proporcional do aluguel.
- (D) não é cabível perdas e danos pelo locador por uso da coisa diverso do ajustado.
- (E) respeita o adquirente do imóvel o contrato de locação, embora não haja cláusula de vigência e não conste registro.

RASCUNHO

QUESTÃO 22

Leia o texto a seguir.

Inexistindo um vínculo contratual anterior entre o causador do dano e a vítima, o ato ilícito também gera o dever de indenizar. Quem infringe dever jurídico *lato sensu* fica obrigado a reparar o dano causado. Esse dever passível de violação pode ter, assim, como fonte uma obrigação imposta por um dever geral do direito.

O texto acima detalha a responsabilidade civil

- (A) contratual.
- (B) objetiva.
- (C) de atividade de risco.
- (D) por ato de terceiro.
- (E) aquiliana.

QUESTÃO 23

A reparabilidade dos danos morais é relativamente nova em nosso país. Dentro desse panorama, podemos significar que

- (A) a compensação *in natura* é viável, na forma de retratação pública ou por outro meio.
- (B) os danos morais não são conceituados como lesão ao direito de personalidade.
- (C) a sua reparação requer um preço para a dor ou o sofrimento.
- (D) a finalidade de acréscimo patrimonial é própria desse regime.
- (E) os sentimentos humanos negativos pressupõem a reparação do dano moral.

QUESTÃO 24

Existem algumas teorias relativas à posse. Dentre elas, destaca-se a que defende que a posse tem somente um elemento, que é objetivo (*corpus*), sendo que o *animus* fica situado dentro do *corpus*. Essa teoria é adotada no Brasil e foi desenvolvida por

- (A) Silvio Perozzi.
- (B) Raymond Saleilles.
- (C) Hernandez Gil.
- (D) Ihering.
- (E) Savigny.

QUESTÃO 25

A garantia de propriedade e a sua função social e ambiental são resguardadas no direito pátrio. Dentro dessa conjuntura, qual assertiva guarda um arranjo verossímil com a aplicação prática da limitação ao direito de propriedade?

- (A) As conquistas socioambientais poderão, posteriormente, vir a ser minimizadas e neutralizadas por lei posterior.
- (B) Os princípios vetores de uma ordem econômica sustentada e equilibrada estão ligados à função social da propriedade.
- (C) As convenções particulares anteriores ao Código Civil de 2022 prevalecerão, conforme o caso, sobre preceitos de ordem pública.
- (D) As perdas e danos pela perda da posse são vedadas, sendo absoluto o mandamento da ordem reintegratória.
- (E) A legitimação do direito de propriedade é apartada do respeito à sua função social.

RASCUNHO

QUESTÃO 26

Uma Constituição formada sem participação popular, resultando da força unilateral do governante, é denominada

- (A) democrática.
- (B) outorgada.
- (C) cesarista.
- (D) dualista.
- (E) bonapartista.

QUESTÃO 27

É uma limitação circunstancial ao poder constituinte reformador a

- (A) existência prévia de direitos subjetivos.
- (B) imutabilidade das cláusulas pétreas.
- (C) vigência de estado de sitio ou de defesa.
- (D) exigência de maioria qualificada.
- (E) mutabilidade dos princípios fundamentais.

QUESTÃO 28

As normas constitucionais, tais quais as demais normas do ordenamento jurídico brasileiro, são sujeitas aos efeitos do direito intertemporal. Nesse quadro, a repristinação corresponde à

- (A) restauração da vigência de lei já revogada em razão de a lei revogadora haver perdido a vigência, fenômeno que ocorre em nosso sistema jurídico, salvo expressa previsão legal.
- (B) preservação das leis e atos normativos anteriores à nova Constituição, fenômeno que ocorre em nosso sistema jurídico, independentemente de previsão legal, decorrendo do regime constitucional vigente.
- (C) restauração da vigência de lei já revogada em razão de a lei revogadora haver perdido a vigência, o que somente ocorre em nosso sistema jurídico independentemente de previsão legal.
- (D) restauração da vigência de lei declarada inconstitucional em razão de a lei revogadora haver perdido a vigência, o que somente ocorre em nosso sistema jurídico independentemente de previsão legal.
- (E) restauração da vigência de lei já revogada em razão de a lei revogadora haver perdido a vigência, o que ocorre em nosso sistema jurídico mediante expressa previsão legal.

QUESTÃO 29

De acordo com os direitos e garantias individuais fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos

- (A) brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (B) brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à renda mínima e à propriedade.
- (C) brasileiros natos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (D) brasileiros natos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, ao trabalho e à propriedade.
- (E) brasileiros naturalizados a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, ao trabalho e à propriedade.

QUESTÃO 30

Leia a manchete a seguir.

Ministério da Saúde revoga norma que dificultava aborto

Portaria da época do então ministro Eduardo Pazuello exigia que médicos notificassem a polícia em caso de aborto por estupro e que fossem preservadas evidências do crime, como fragmentos do embrião.

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/minist%C3%Agrio-da-sa%C3%BAde-revoga-norma-que-dificultava-aborto-legal/a-64419867#:~:text=O%20Minist%C3%Agrio%20da%20Sa%C3%BAde%20revogou.casos%20de%20aborto%20por%20estupro>>. Acesso em: 20 abr. 2023

Uma das razões que levou o Ministério Público a revogar a norma é que, segundo a Constituição Federal de 1988, o aborto é

- (A) proibido em qualquer hipótese.
- (B) permitido para maiores de idade.
- (C) proibido em caso de estupro.
- (D) permitido em caso de estupro.
- (E) permitido em qualquer hipótese.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Um policial militar receber menos que o salário-mínimo, segundo a Constituição Federal de 1988, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é ato

- (A) constitucional, enquanto não advir norma complementar que altere esse fato.
- (B) inconstitucional, até advir norma complementar que altere esse fato.
- (C) constitucional, pois a garantia do salário-mínimo não se estende a militares.
- (D) inconstitucional, pois o militar não pode receber menos do que um salário-mínimo.
- (E) constitucional, pois o militar não é funcionário público, segundo a Constituição.

QUESTÃO 32

O instrumento de proteção acionado para coibir o abuso de poder e garantir a liberdade de locomoção, o qual surgiu como fruto de pressões social e que foi primeiramente institucionalizado pelo monarca "João Sem Terra", na Inglaterra do século XIII, é denominado

- (A) mandado de segurança.
- (B) *habeas corpus*.
- (C) *habeas data*.
- (D) mandado de injunção.
- (E) apelação cível.

QUESTÃO 33

Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, nas infrações penais comuns, os

- (A) membros dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- (B) ministros e os secretários de Estado.
- (C) chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (D) juízes federais, da Justiça Militar e do Trabalho.
- (E) juízes eleitorais e ministros de Estado.

RASCUNHO**QUESTÃO 34**

Para os membros do Ministério Público, o princípio institucional da indivisibilidade

- (A) protege a instituição de constrangimentos indevidos e ingerências externas e garante independência aos membros do Ministério Público, de forma que esses não se subordinem às convicções jurídicas de outrem.
- (B) sinaliza que os integrantes da instituição podem ser substituídos uns pelos outros, desde que da mesma carreira, sem que isso acarrete qualquer prejuízo aos aros já praticados.
- (C) dispõe que o representante que deve atuar no caso é aquele previamente apontado pelas regras, abstratas e genéricas, de estruturação e organização da instituição.
- (D) impede que os subsídios sejam reduzidos por ato unilateral do poder executivo, sem prévia oitiva do chefe da instituição e dispensada a aprovação do poder legislativo.
- (E) simboliza os prestígios que os membros dessa instituição possuem frente aos poderes governamentais, porém não implica em impossibilidade de remoção pelo executivo.

QUESTÃO 35

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, e que tem por fim assegurar a todos uma existência digna, observa precipuamente o princípio da

- (A) soberania do voto.
- (B) dignidade da pessoa humana.
- (C) função social da propriedade.
- (D) cidadania do trabalhador.
- (E) irredutibilidade dos salários.

RASCUNHO

QUESTÃO 36

Segundo Eduardo Viana (2018), a criminologia é uma ciência relativamente nova e não pode, de modo algum, ser esquecida ou ladeada em razão de uma inaceitável preferência pelo dogmatismo acritico e isolacionista. O enfrentamento da (moderna) criminalidade depende, e muito, da conjugação dos esforços da Criminologia e do Direito Penal. Contribuindo para a construção da criminologia enquanto ramo do saber, destaca-se

- (A) Cesare Beccaria, precursor da escola positivista sociológica, ao estudar o crime pelo método observacional, em que o fenômeno criminológico é tido como decorrente de fatores físicos, sociais e antropológicos.
- (B) Paul Topinard, precursor da escola cartográfica, ao estudar o crime pelo método estatístico, em que o criminoso era avaliado a partir do comportamento do homem médio.
- (C) Cesare Lombroso, precursor da escola positivista, ao estudar o crime pelo método experimental, em que se desenvolve a figura do criminoso nato, associando-o ao atavismo.
- (D) Lambert Adolphe Quetelet, precursor da escola clássica, ao estudar o crime pelo método lógico-abstrato, em que a pena, de caráter retributivo, deveria ser severa, certa e clara.
- (E) Enrico Ferri, precursor da escola sociológica do consenso, ao estudar o crime pelo método probabilístico, em que se parte de um pressuposto de que há valores fundamentais que orientam a ordem social.

QUESTÃO 37

Dentre as alterações que a Lei nº 13.894/2019 (Pacote Anticrime) trouxe para a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), está a seguinte especificação quanto às providências a serem tomadas pela autoridade policial:

- (A) garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- (B) encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
- (C) se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.
- (D) fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- (E) informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável.

QUESTÃO 38

Leia o caso a seguir.

L. B., funcionário de uma joalheria, decidiu furtá-la para conseguir dinheiro rápido, mas, para não chamar atenção de seus superiores, decide retirar uma peça por dia. Quando completa a primeira semana, o gerente percebe a retirada de mercadorias e assiste às gravações das câmeras de segurança, noticiando o crime à polícia civil, que prende L. B. em flagrante delito, com uma das peças em sua mochila.

No caso acima, os delitos podem ser classificados como

- (A) crime único.
- (B) concurso formal próprio de crimes.
- (C) concurso formal impróprio de crimes.
- (D) crime continuado comum.
- (E) crime continuado específico.

QUESTÃO 39

O delito de furto, previsto no art. 155 do Código Penal, tem como preceito primário "subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel", sendo que a pena

- (A) aumenta em um terço se o crime é praticado durante o repouso noturno.
- (B) de detenção será de um a quatro anos em suas formas qualificadas.
- (C) será de dois a oito anos de reclusão, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- (D) diminui em um terço se o crime é praticado contra idoso ou vulnerável.
- (E) será só de multa se o criminoso for primário.

QUESTÃO 40

Quanto aos direitos dos presos em cada regime, de acordo com o Código Penal,

- (A) o trabalho externo é inadmissível, no regime fechado.
- (B) o trabalho externo é admissível no regime semiaberto, mas não a frequência em cursos supletivos profissionalizantes.
- (C) o trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.
- (D) o trabalho do preso é admissível no regime aberto, gozando o preso de dias de folga em liberdade.
- (E) o trabalho dentro do estabelecimento é permitido em todos os regimes, sendo facultativa a remuneração.

QUESTÃO 41

Em regra, nos termos da Lei nº 10.826/2003, o porte de arma de fogo é proibido em todo o território brasileiro. Todavia, a legislação elenca algumas excepcionalidades, a exemplo dos integrantes

- (A) dos tribunais do Poder Judiciário, no exercício de suas funções regulares.
- (B) dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, no exercício de suas funções regulares.
- (C) das guardas municipais dos Municípios com mais de 5.000 (cinco mil) habitantes.
- (D) das polícias penais federal, estaduais e distrital.
- (E) das controladorias e corregedorias, durante o trabalho.

QUESTÃO 42

Segundo o Supremo Tribunal Federal, para a aplicação do princípio da insignificância, exige-se os seguintes requisitos objetivos: ofensividade mínima da conduta, ausência de periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica causada. Considerando tal afirmação e as posições da Corte brasileira, o princípio da insignificância

- (A) pode ser aplicado em caso de lesões corporais no âmbito da proteção à violência contra a mulher.
- (B) possui previsão constitucional expressa no artigo 5º da Constituição Federal.
- (C) pode ser aplicado nos casos de crime de descaminho.
- (D) é causa suprallegal de exclusão da culpabilidade do agente.
- (E) é causa de extinção da punibilidade, em consonância com a subsidiariedade penal.

RASCUNHO**QUESTÃO 43**

Entre meados do século XIX e do século XX, a criminologia foi modificada com a aproximação da sociologia, rompendo com os mitos da causalidade e do determinismo. Segundo Baratta, nesse período se operou a virada sociológica, em que o fenômeno criminal passa a ser estudado considerando fatores alheios às questões biológicas do criminoso, o que foi organizado, didaticamente, em duas categorias fundamentais de teorias:

- (A) as teorias clássicas, que partem da premissa do crime enquanto fruto do livre arbítrio, tendo como precursor o Marques de Beccaria; e as teorias positivistas, que, com fundamento teórico do determinismo darwinista, buscam classificar e identificar os criminosos.
- (B) as teorias do consenso, que partem da premissa de que há um conjunto de valores e ideais comuns aos membros de determinada sociedade, fundamentos da ordem social; e as teorias do conflito, que explicam a ordem social a partir da força, da hegemonia exercida por um grupo dominante sobre outros grupos dominados.
- (C) as teorias da anomia, de Émile Durkheim, que explicam o crime enquanto fenômeno social, normal e funcional; e as teorias dos comportamentos desviantes, formuladas por Robert Merton, que explicam o comportamento criminoso como o desajuste entre os objetivos culturais e as formas legítimas de alcançá-los.
- (D) as teorias subculturais, que têm como expoente Albert Cohen, explicando a delinquência a partir de um choque entre gerações, em que as minorias possuem valores e metas diferentes da maioria; e as teorias culturais, que explicam o crime como fruto da perspectiva da cultura dominante em cada sociedade.
- (E) a teoria sociológica alemã, em que Liszt diferenciava o delito de ocasião do delito crônico, pela prevalência do impulso exterior; e a teoria radical da defesa social, em que Filippo Gramática propõe uma responsabilidade penal fundada no indivíduo.

QUESTÃO 44

Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de

- (A) anistia, graça e fiança.
- (B) anistia, fiança e liberdade provisória.
- (C) graça, fiança e progressão de regime de cumprimento de pena.
- (D) anistia, graça e liberdade provisória.
- (E) liberdade provisória, anistia e progressão de regime de cumprimento de pena.

QUESTÃO 45

Nos termos do art. 6º da Lei nº 9.099/1995, "o Juizado Especial Criminal, provido por juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência". Para fins de aplicação das disposições previstas em lei, consideram-se infrações de menor potencial ofensivo

- (A) os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, incluindo os praticados no contexto da violência doméstica e familiar.
- (B) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, não cumuladas com multa.
- (C) as contravenções penais, seja qual for a pena, e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- (D) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.
- (E) as contravenções penais, seja qual for a pena, e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, excluindo os praticados no contexto da violência doméstica e familiar.

QUESTÃO 46

Observe a imagem a seguir, retirada das redes sociais da Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás.

Disponível em: <<https://www.policiacivil.go.gov.br/delegacias/governo-de-goias-realiza-acao-do-abril-laranja.html>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

As forças de Segurança Pública do Estado de Goiás aderiram ao abril laranja, mês simbólico de proteção aos animais. Dentre as várias ações da campanha, o foco neste ano é conscientizar sobre o crime de maus tratos aos animais, cujos tipos penais

- (A) estão previstos na Lei nº 9.605/1988 (Lei de Crimes Ambientais), com previsão de pena de reclusão, tanto para animais domésticos, quanto para animais silvestres.
- (B) estão previstos na Lei nº 9.605/1988 (Lei de Crimes Ambientais), tendo a Lei nº 14.064/2020 (Lei Sansão) criado uma qualificadora do delito quando se tratar de cães, gatos e pássaros.
- (C) estão previstos na Lei nº 9.605/1988 (Lei de Crimes Ambientais), sendo que, se sobrevier a morte do animal, há aplicação analógica da tipificação da lesão corporal seguida de morte, prevista no Código Penal, considerando a senciência animal.
- (D) estão previstos na Lei nº 9.605/1988 (Lei de Crimes Ambientais), tendo a Lei nº 14.064/2020 (Lei Sansão) acrescentado expressamente a proibição da guarda como pena, para além de pena privativa de liberdade e multa, em casos de maus tratos a cão ou gato.
- (E) estão previstos na Lei nº 9.605/1988 (Lei de Crimes Ambientais), sendo que a conduta nuclear engloba ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando inexisterem recursos alternativos.

QUESTÃO 47

Leia o texto a seguir.

Cruzando o indicador do Instituto Sou da Paz com as informações do Atlas da Violência, do IPEA, de uma média de 54,8 mil assassinatos que acontecem por ano no Brasil, 44 mil são arquivados na fase de investigação porque não foi possível identificar um suspeito da autoria. De cada dez homicídios, oito não chegam na fase do julgamento.

BRASIL DE FATO, 2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/11/oito-em-10-casos-de-homicidios-nao-chegam-a-justica-investigacoes-ignoram-periferia>> Acesso em: 24 abr. 2023

Considerando os dados acima e a teoria das cifras criminais, os casos de homicídio não elucidados podem ser classificados como

- (A) cifras criminais rosas.
- (B) cifras criminais negras.
- (C) cifras criminais verdes.
- (D) cifras criminais douradas.
- (E) cifras criminais amarelas.

QUESTÃO 48

Até o início do século XIX, no Brasil colonial, o direito penal era regido pelos diplomas legais em vigor na metrópole, ou seja, vigoraram as Ordenações Afonsinas, seguidas pelas Manoelinas e pelas Filipinas. Após a República, a legislação penal comum pátria foi consolidada,

- (A) perpassando por cinco códigos: o código Criminal do Império do Brasil, de 1830; o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 1890; a Consolidação das Leis Penais, de 1932; o Código Penal de 1940; e o Código Penal de 1984.
- (B) perpassando por vários códigos até chegar ao atual texto, de 1940, modificado substancialmente em 1984, quando passou a adotar a teoria causalista da ação ao invés da finalista.
- (C) perpassando por seis códigos: o código Criminal do Império do Brasil, de 1830; o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 1890; a Consolidação das Leis Penais, de 1932; o Código Penal de 1940; o Código Penal de 1969, revogado antes de entrar em vigor; e o atual Código Penal de 1984.
- (D) perpassando por vários códigos até chegar ao atual texto, de 1984, dividido em parte geral e especial, além da adoção da teoria dualista para fins de tipificação criminal em casos de concurso de pessoas, diferenciando o autor do partícipe.
- (E) perpassando por três códigos que entraram em vigência: o Código Criminal do Império do Brasil, de 1830; o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 1890; e o Código Penal de 1940, em vigor até hoje.

QUESTÃO 49

Leia o caso a seguir.

S. R. encontrou um objeto velho, parecendo ser sucata, e, pensando ser uma coisa abandonada, pegou-a e levou-a para casa. No entanto, o dono do objeto noticiou o crime à autoridade policial, que encaminhou o seu relatório tipificando o fato como furto. Ao tomar conhecimento do relatório, o membro do Ministério Público ofereceu denúncia contra S. R., pelo cometimento do estabelecido no art. 155 do Código Penal.

Entendendo ser verdadeira a informação fornecida por S. R., o juiz poderá considerar que ele agiu

- (A) em erro de tipo, estando equivocado quanto à característica "alheia", da coisa móvel, descrita no tipo penal.
- (B) em excludente de culpabilidade, pois não tinha potencial consciência da ilicitude do fato no momento do ato.
- (C) em erro de proibição, pois assumiu o risco de que a coisa poderia ter dono, mas imaginava que por ser sucata, sem valor, poderia ser apropriada.
- (D) em erro sobre o objeto, pois achava que a coisa não tinha dono antes de ser procurado pela autoridade policial.
- (E) em *aberratio ictus*, uma vez que não queria se apropriar de coisa alheia móvel, mas apenas dar destinação útil a uma sucata.

QUESTÃO 50

De acordo com o procedimento de aplicação da pena no Brasil, descrito no Código Penal, a fixação da pena privativa de liberdade segue

- (A) o sistema bifásico, delineado por Roberto Lyra, em que se analisa as circunstâncias judiciais – art. 59 – para fixar a pena base e as demais circunstâncias legais para fixar a pena definitiva.
- (B) o sistema trifásico, conhecido como critério Nelson Hungria, em que se fixa a pena base por meio da análise das circunstâncias judiciais, previstas no artigo 59, seguida da observância das agravantes e atenuantes, para fixar a pena intermediária, e das causas de aumento e de diminuição, para estabelecer a pena definitiva.
- (C) o sistema bifásico, delineado por Nelson Hungria, em que se analisa as circunstâncias judiciais – art. 59 – para fixar a pena base e as demais circunstâncias legais para fixar a pena definitiva.
- (D) o sistema trifásico, conhecido como critério Roberto Lyra, em que se fixa a pena base por meio da análise das circunstâncias judiciais, seguida da observância das agravantes e atenuantes, para fixar a pena intermediária, e das causas de aumento e de diminuição, para estabelecer a pena definitiva.
- (E) o sistema trifásico, conhecido como critério Nelson Hungria, sendo que na primeira fase – pena base – não se pode ultrapassar os limites da pena em abstrato, mas nas duas últimas fases – pena intermediária e definitiva – pode-se reduzir além do mínimo.

RASCUNHO

QUESTÃO 51

Leia o caso a seguir.

L. M. prometeu ao seu sobrinho, D. M., que se fosse aprovado no concurso para a Magistratura Estadual de Goiás, lhe daria um carro zero km. Apesar de confiar no tio, D. M. reduziu a termo o compromisso feito, tendo sido o instrumento assinado por ambas as partes e pelos respectivos advogados. D. M. não conseguiu aprovação no concurso realizado em Goiás, mas foi aprovado em São Paulo. Diante disso, cobrou do tio L. M. o cumprimento da promessa, tendo esse lhe respondido que o carro só seria devido se a aprovação tivesse sido no concurso da magistratura de Goiás.

Tendo em vista os fatos narrados, o documento existente referente ao acordo entre L. M. e D. M.

- (A) não pode ser executado, pois lhe falta liquidez.
- (B) pode ser executado, tratando-se de título executivo extrajudicial.
- (C) não pode ser executado, pois lhe falta certeza.
- (D) não pode ser executado, pois lhe falta exigibilidade.
- (E) pode ser executado, tratando-se de título executivo judicial.

QUESTÃO 52

A regulação das medidas cautelares típicas, existentes no Código de Processo Civil de 1973, foi extinta, sendo substituída por modelo mais simples e, ao mesmo tempo, mais amplo na perspectiva de tutela ao jurisdicionado. Nesse contexto, o procedimento de produção antecipada da prova, regulado nos artigos 381 a 383 no Código de Processo Civil,

- (A) tem natureza eminentemente cautelar, sendo necessária para a sua concessão a comprovação do risco de perecimento de determinada prova.
- (B) tutela o direito material à prova, podendo ser requerido com o fim exclusivo de ter conhecimento prévio dos fatos, a justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
- (C) é da competência do juízo do foro onde a prova deva ser produzida, ou do domicílio do réu, ficando prevento o juízo para eventual ação que venha a ser proposta.
- (D) não admite defesa, nem recurso, mesmo em caso de indeferimento total da produção da prova.
- (E) tem natureza de jurisdição voluntária, em que o juiz zelarà pela legalidade do procedimento probatório, manifestando-se sobre a ocorrência ou inoocorrência do fato, bem como de suas consequências jurídicas.

QUESTÃO 53

Leia o caso a seguir.

F. A. é estudante do 2º ano do ensino médio do Colégio B. J. e resolveu prestar vestibular em uma universidade privada de sua cidade. O resultado de sua prova foi suficiente para aprovação em 1º lugar para o curso de Direito. F. A., então, se dirigiu à universidade para realizar a matrícula, o que foi prontamente negado, diante da não conclusão do ensino médio. F. A. sugeriu a realização do primeiro ano de faculdade concomitantemente ao 3º ano do ensino médio, mas a universidade não aceitou, mantendo a negativa de sua matrícula. Diante disso, contratou advogado, que ajuizou ação de obrigação de fazer, com pedido liminar, para determinação de realização da matrícula em 3 dias, prazo final estabelecido pela universidade, colacionando alguns julgados de câmaras cíveis do Tribunal de Justiça do Estado, em sentido favorável.

A medida judicial pleiteada pelo estudante

- (A) trata-se de tutela provisória de urgência cautelar, requerida em caráter incidental.
- (B) trata-se de tutela provisória definitiva, pois caso deferida, resolverá o problema de Felipe, permitindo a sua matrícula na universidade.
- (C) trata-se de tutela provisória de evidência, considerando a jurisprudência existente e colacionada sobre o caso.
- (D) trata-se de tutela provisória de urgência antecipada, requerida em caráter antecedente.
- (E) trata-se de tutela provisória de urgência antecipada, requerida em caráter incidente.

QUESTÃO 54

Entre os princípios do Direito Processual Civil, aquele em que a decisão do magistrado convoca as partes a esclarecer sobre a ocorrência ou o modo de ocorrência de determinado fato refere-se ao

- (A) princípio da proteção da confiança.
- (B) princípio do devido processo legal.
- (C) princípio da cooperação.
- (D) princípio da publicidade.
- (E) princípio da primazia do julgamento de mérito.

QUESTÃO 55

O direito de ação submete-se a regras processuais e ao cumprimento de requisitos para apreciação do mérito. De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, são condições da ação

- (A) a legitimidade *ad causam* e o interesse de agir.
- (B) a possibilidade jurídica do pedido e a legitimidade *ad causam*.
- (C) o interesse de agir e o juízo competente.
- (D) a capacidade postulatória e a legitimidade *ad causam*.
- (E) o interesse de agir e a petição inicial válida.

QUESTÃO 56

Leia o caso a seguir.

M., B. e G. são sócios minoritários de uma sociedade empresária da qual são sócias majoritárias C. e H., detentoras de 51% das quotas. A revelia da previsão no contrato social, que exige aprovação de 2/3 dos sócios para alienação e oneração de bens imóveis da sociedade, C. e H. venderam a propriedade sede da empresa, visando à obtenção de capital de giro, passando a empresa a pagar aluguel. Os sócios M. e B. pretendem requerer a anulação judicial do ato de venda realizado, enquanto G. não pretende litigar.

Nessa perspectiva, a ação a ser ajuizada por M. e B. configurará hipótese

- (A) de litisconsórcio ativo necessário unitário.
- (B) de litisconsórcio ativo facultativo unitário.
- (C) de litisconsórcio ativo facultativo simples.
- (D) de litisconsórcio ativo necessário simples.
- (E) de litisconsórcio passivo necessário simples.

QUESTÃO 57

Leia o caso a seguir.

Estima-se que tramitam atualmente perante a Justiça Estadual cerca de 50 mil ações ajuizadas por servidores públicos da área da saúde, com o objetivo de incorporar aos rendimentos gratificação concedida no ano de 1998. Visando à melhor gestão de tais demandas, um desembargador do Tribunal instaurou de ofício incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), de forma a fixar tese jurídica vinculante aos demais casos. Após a admissão do incidente pela Corte Especial, o Relator nomeado determinou a expedição de ofício à Associação dos Servidores Públicos do Estado de Goiás para manifestar-se nos autos.

A decisão do Relator no IRDR é espécie de intervenção de terceiros, na modalidade de

- (A) denúncia à lide.
- (B) chamamento ao processo.
- (C) assistência.
- (D) *amicus curiae*.
- (E) oposição.

RASCUNHO**QUESTÃO 58**

Leia o caso a seguir.

H. C. celebrou contrato de prestação de serviços de telefonia e internet com a "L. Companhia Telefônica", para fornecimento de 300 mega de internet/mês e ligações livres para qualquer operadora, pelo valor mensal fixo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Após cinco meses de contrato, H. C. estava muito insatisfeito com a internet fornecida, insuficiente para o desenvolvimento de suas atividades de "home office". Decidiu, então, cancelar o contrato, o que foi feito em 01/10/2022. No entanto, mesmo após cancelar o contrato, continuou recebendo a cobrança mensal. Realizou várias reclamações perante a empresa, foi ao Procon, mas nada adiantou e, além de não encerrar a cobrança, a empresa inscreveu o nome de H. C. nos cadastros de proteção ao crédito. Diante da negativação de seu nome, decidiu ajuizar ação declaratória de inexistência de débito, requerendo liminarmente a abstenção de cobrança por parte da empresa, bem como a retirada imediata do seu nome das inscrições indevidas, além dos danos morais por todo transtorno sofrido. Ao tempo do ajuizamento da ação, a cobrança já estava no patamar de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Ao despachar a inicial, o juiz determinou à "L. Companhia Telefônica" a abstenção dos atos de cobrança e a retirada do nome de H. C. dos cadastros de proteção ao crédito no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais).

A multa aplicada pelo juiz

- (A) tem natureza punitiva, pela inscrição indevida do nome de H. C. nos cadastros de proteção ao crédito, não podendo ser majorada, nem reduzida.
- (B) tem natureza coercitiva, com o objetivo de forçar a companhia telefônica ao cumprimento da obrigação de fazer constante na decisão, podendo ser majorada até o limite do valor da obrigação.
- (C) exige, para a sua incidência, a intimação pessoal do devedor para cumprimento da obrigação.
- (D) está sujeita ao cumprimento provisório, admitindo-se o levantamento dos valores eventualmente depositados antes do trânsito em julgado da sentença favorável.
- (E) exige requerimento da parte interessada para ser fixada, em razão do potencial lesivo da multa, em caso de descumprimento da obrigação.

RASCUNHO

QUESTÃO 59

A petição inicial é o primeiro ato na instauração de um processo. Um de seus elementos principais é o pedido, que

- (A) deve ser certo e determinado, podendo ser formulado de forma genérica, na hipótese de requerimento de danos morais.
- (B) será sucessivo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- (C) pode ser cumulado com vários pedidos, em um único processo, contra o mesmo réu, desde que entre eles haja conexão.
- (D) será alternativo, quando formulado em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- (E) englobará as prestações sucessivas, vencidas e inadimplidas no curso do processo, independentemente de declaração expressa do autor.

QUESTÃO 60

O sistema de nulidades processuais do Código de Processo Civil determina que

- (A) é absolutamente nulo, desde o início, o processo no qual o Ministério Público deveria intervir e não o fez.
- (B) gera nulidade do ato processual a não observância da forma prescrita em lei, podendo ser arguida pela parte que lhe deu causa.
- (C) o erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- (D) a nulidade, ainda que sanável, pode ser arguida pela parte a qualquer tempo, não havendo que se falar em preclusão.
- (E) o ato nulo deverá ser repetido, ou sua falta suprida, mesmo que a nulidade não traga prejuízo efetivo às partes.

RASCUNHO**QUESTÃO 61**

Leia o caso a seguir.

M. A. casou-se com J. N. em 03/05/1995. Em janeiro de 2000, decidiram se separar de fato, tendo o J. N. ido morar em outra residência, rompendo com os deveres conjugais, de comum acordo com a M. A., mas sem realizar o divórcio. Em 2022, ambos decidiram formalizar o divórcio, o que foi feito de forma consensual, tendo o acordo extrajudicial sido homologado judicialmente em 03/10/2022.

A sentença homologatória proferida

- (A) apresenta conteúdo constitutivo negativo, somente podendo considerar-se dissolvido o casamento a partir do seu trânsito em julgado.
- (B) tem natureza declaratória, retroagindo no tempo desde janeiro de 2000, data em que o casal se separou de fato.
- (C) tem natureza condenatória, pois ordena a dissolução da sociedade conjugal até então existente.
- (D) não poderá ser averbada no cartório de registro civil, sendo imprescindível a expedição de mandado específico com esse fim para validade do divórcio.
- (E) tem eficácia imediata, produzindo efeitos imediatos a terceiros, independentemente de averbação em cartório.

RASCUNHO

QUESTÃO 62

Leia o caso a seguir.

M. B. adquiriu, de uma construtora, um apartamento na planta, celebrando um instrumento de compromisso de compra e venda de imóvel, para pagamento no prazo de 72 meses. Após o pagamento de 30 parcelas, ele começou a ter dificuldades para honrar as parcelas mensais, tendo solicitado a rescisão do contrato, com a restituição do imóvel e a devolução das quantias pagas. A construtora recebeu o pedido de rescisão e retornou a M. B. com a informação de que devolveria os valores pagos, com desconto de 50%, na mesma quantidade de parcelas até então pagas, ou seja, em 30 vezes, conforme previsão contratual. M. B. não concordou com a proposta da Construtora, ajuizando ação em procedimento comum, para pleitear a devolução dos valores à vista, limitando-se o desconto a 25% dos valores pagos. Até o ajuizamento da ação, M. B. já estava inadimplente com 10 parcelas. A Construtora recebeu citação da referida ação e, diante do desinteresse na tentativa de acordo, decidiu apresentar defesa, impugnando os pedidos do autor, exigindo a desocupação do imóvel e a fixação de taxa de fruição até a efetiva entrega das chaves.

Considerando a situação narrada, a construtora

- (A) deverá oferecer contestação que, acaso acolhida pelo julgador, permitirá a condenação do autor ao pagamento da taxa de fruição até a data de desocupação efetiva do bem.
- (B) deverá oferecer contestação e reconvenção, em peças apartadas, sendo que a procedência da reconvenção levará à condenação do autor ao pagamento em favor da construtora da taxa de fruição do bem.
- (C) deverá oferecer exclusivamente a reconvenção, que engloba tanto a impugnação dos pedidos do autor, como o pleito de devolução do imóvel e de pagamento da taxa de fruição.
- (D) deverá oferecer apenas a contestação, pois sendo a ação referida de natureza dúplice, admite-se pedido contraposto no bojo da peça contestatória.
- (E) deverá oferecer contestação e reconvenção, na mesma peça processual, sendo que eventual desistência da ação não impedirá o julgamento da reconvenção.

RASCUNHO**QUESTÃO 63**

Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito, não mais sujeita a recurso. Esse importante instituto do Estado Democrático de Direito

- (A) limita-se à questão principal expressamente decidida, podendo alcançar questões prejudiciais eventualmente resolvidas, bastando para tanto que da solução dessas dependa o julgamento de mérito.
- (B) não se estende aos motivos que levaram à parte dispositiva da sentença, ainda que relevantes ao deslinde da causa.
- (C) alcança a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- (D) pode ser desconstituída mediante ajuizamento de ação rescisória, a ser ajuizada no prazo prescricional de 2 anos, contados do trânsito em julgado.
- (E) trata-se de garantia fundamental protegida pela Constituição, não permitindo flexibilização, mesmo em relações jurídicas de trato continuado.

QUESTÃO 64

A Lei 9.099/1995 instituiu os juizados especiais cíveis e criminais no Brasil. O processo que tramita perante os juizados especiais cíveis

- (A) pode ter como objeto o despejo, seja para uso próprio, seja com intuito comercial.
- (B) independe de advogado para ser proposto, sendo a causa até 40 salários-mínimos.
- (C) admite o oferecimento de pedido contraposto, mesmo que a ré seja pessoa jurídica não legitimada a figurar no polo ativo em ações perante os juizados especiais.
- (D) dispensa o comparecimento à audiência, em caso de oferecimento de contestação.
- (E) admite a interposição adesiva do recurso inominado, em respeito à economia processual.

QUESTÃO 65

No procedimento comum, a decisão de saneamento e organização do processo

- (A) deve ser proferida após a instrução do processo, saneando-se eventuais vícios existentes, antes das alegações finais e do proferimento da sentença.
- (B) tem em seu conteúdo a delimitação das questões fáticas sobre as quais recairá a atividade probatória, estando, por isso, sujeita à impugnação via agravo de instrumento.
- (C) poderá designar audiência de instrução e julgamento, abrindo-se prazo para apresentação do rol de testemunhas, que não pode ser superior a 3 para cada parte.
- (D) será comunicada às partes, podendo essas solicitar esclarecimentos ou ajustes no prazo de 5 dias, após o qual a decisão tornar-se-á estável.
- (E) trata-se de ato de responsabilidade exclusiva do julgador, não se admitindo a participação prévia das partes, que, em caso de discordância, poderão oferecer recurso próprio.

QUESTÃO 66

Leia o caso a seguir.

Certa noite, uma pessoa não identificada, dizendo ser morador de uma pequena cidade do interior de Goiás, ligou para a delegacia local, denunciando um esquema de tráfico de drogas que estaria acontecendo em uma casa abandonada no bairro próximo. Ela relatou que havia observado um intenso movimento de pessoas estranhas entrando e saindo do imóvel e que isso estava deixando os moradores da região preocupados.

Seguindo o procedimento investigativo legalmente estabelecido a respeito da instauração de inquérito policial, o cauteloso delegado deve

- (A) instaurar imediatamente um inquérito policial, em respeito ao princípio da oficiosidade.
- (B) instaurar imediatamente um inquérito policial, em respeito ao princípio da oficialidade.
- (C) iniciar uma verificação preliminar com a sua equipe, considerando o fato de a *notitia criminis* ser inqualificada, para checar as informações antes de instaurar o inquérito policial.
- (D) iniciar uma verificação preliminar com a sua equipe, considerando o fato de a *notitia criminis* ser de cognição forçada, para checar as informações antes de instaurar o inquérito policial.
- (E) discricionariamente desqualificar a *notitia criminis*, uma vez que a Constituição Federal de 1988 veda o anonimato, além de que o inquérito policial, por sua natureza inquisitorial, não se sujeita ao princípio da oficiosidade.

QUESTÃO 67

Leia o caso a seguir.

Duas testemunhas afirmam que F. A. não cometeu um crime contra o patrimônio de S. E., mas F. A. confessa sua culpa perante o juiz.

Nesse caso, o magistrado poderia

- (A) condenar F. A. somente com base na sua confissão, uma vez que, no âmbito do Processo Penal, a confissão é dotada de valor pleno.
- (B) condenar F. A. com base na sua confissão, desconsiderando os testemunhos, desde que justificadamente, destacando os outros elementos de prova que corroboram a versão da história narrada por ela.
- (C) absolver F. A., uma vez que a confissão é um meio de prova mais sensível, tendo menor valor probante do que aquele decorrente da prova testemunhal.
- (D) condenar F. A. depois de checar que sua confissão foi espontânea e involuntária, ainda que não haja outros meios probantes.
- (E) absolver F. A., desde que se convença da inveracidade de sua confissão, em respeito ao princípio do livre convencimento, não precisando motivar a sua decisão.

QUESTÃO 68

Dentre as prisões cautelares, há uma espécie que pode ser decretada no curso da investigação ou do processo, incluindo após sentença recorrível, desde que de forma fundamentada, estabelecido o *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*, a partir de prévio pedido do Ministério Público ou de representação da autoridade policial, por prazo razoável (não limitado em lei). Tal hipótese pode ser denominada como

- (A) prisão em flagrante delito.
- (B) prisão temporária.
- (C) prisão extrapenal.
- (D) prisão preventiva.
- (E) prisão simples.

QUESTÃO 69

Leia o caso a seguir.

B. M. cumpriu toda a sua pena pelo crime de roubo, com regularidade e bom comportamento, terminando a sua estadia na Penitenciária Feminina C. N. no dia 30 de abril de 2023. Todavia B. M., ao se tornar egressa, viu-se em uma condição periclitante, pois sem ter emprego, não teria também como comer ou onde dormir.

A egressa procura a direção da Polícia Penal para solicitar auxílio, momento em que o superintendente de Reintegração Social e Cidadania informa, de maneira acertada, que, nos termos da Lei de Execução Penal, a egressa

- (A) não teria amparo institucional, uma vez que a assistência material é exclusiva para os presos e internados, contando o egresso com o serviço de assistência social para obtenção de trabalho.
- (B) teria amparo institucional, com direito à assistência na orientação e ao apoio à reintegração social, assim como na concessão de alojamento e alimentação em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses.
- (C) teria amparo institucional, com direito à saúde, à assistência material, jurídica, educacional, social e religiosa, tal qual os presos e internados, enquanto perdurasse sua condição de egressa.
- (D) não teria amparo institucional, uma vez que a assistência material é exclusiva para os presos e internados, devendo o egresso procurar a assistência social do seu município para acesso de políticas sociais de moradia e alimentação.
- (E) teria amparo institucional enquanto perdurasse sua condição de egressa, ou seja, pelo prazo de até dois anos a contar da saída do estabelecimento ou, se liberada condicionalmente, durante o período de prova.

QUESTÃO 70

O inquérito policial é um processo administrativo presidido pela autoridade policial, apuratório e informativo, cujo prazo,

- (A) em caso de crime comum, investigado no âmbito federal, será de 10 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.
- (B) em caso de crime comum, investigado no âmbito estadual, será de 15 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.
- (C) em caso de crime contra a economia popular, será de 15 dias, em qualquer hipótese, mediante requisição da autoridade policial ao juízo competente.
- (D) em caso de crime de responsabilidade, será de 10 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período mediante requisição da autoridade policial.
- (E) em caso de tráfico de drogas, será de 30 dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 dias quando solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.

QUESTÃO 71

No processo penal, não raras vezes, há situações em que ocorrem violações de normas processuais. Dentre tais violações, algumas acarretam nulidades, o que ocorrerá, por exemplo,

- (A) por incompetência, suspeição ou suborno de quaisquer das partes.
- (B) por falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado nos casos em que os vestígios estiverem desaparecidos, quando a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- (C) por faltar a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos termos da ação intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação privada.
- (D) em decorrência de decisão carente de fundamentação e por omissão de formalidade não essencial ao ato.
- (E) por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, desde que não haja contradição entre esses.

RASCUNHO**QUESTÃO 72**

De acordo com a Lei nº 9.099/1995, o Ministério Público, ao oferecer denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena, nos crimes em que a pena

- (A) máxima cominada for igual ou inferior a dois anos.
- (B) mínima cominada for igual ou inferior a dois anos.
- (C) máxima cominada for igual ou inferior a um ano.
- (D) máxima cominada for igual ou inferior a quatro anos.
- (E) mínima cominada for igual ou inferior a um ano.

QUESTÃO 73

Leia o caso a seguir.

A. T. é deputado federal pelo Estado de Goiás, motivo pelo qual a Constituição Federal lhe assegura foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal. No ano anterior à sua diplomação, durante a festa de ano novo, na cidade de Salvador/BA, A. T., por ciúmes de sua namorada, entrou em uma briga com G. C., desferindo golpes de arma branca não identificada, o que leva G. C. a óbito.

Dessa forma, o foro competente para conhecer e julgar o crime será

- (A) o Tribunal de Justiça de Goiás.
- (B) o Tribunal de Justiça da Bahia.
- (C) o Supremo Tribunal Federal.
- (D) o Tribunal do Júri da Comarca de Salvador/BA.
- (E) o Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia/GO.

RASCUNHO

QUESTÃO 74

Leia o texto a seguir.

Em uma decisão histórica, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu habeas corpus coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar de gestantes, lactantes e mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, em todo o território nacional. O Habeas Corpus (HC) 143641 foi julgado em 20/2/2018, e a ordem foi concedida por quatro votos a um, nos termos do voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski.

STF, 2023. Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503414&ori=1>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Além da hipótese da prisão domiciliar elencada acima, o código de processo penal estabelece que o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for

- (A) maior de 70 (setenta) anos.
- (B) extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- (C) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 12 (doze) anos de idade ou com deficiência.
- (D) maior de 60 (sessenta) anos.
- (E) homem com filho de até 14 (catorze) anos de idade incompletos.

QUESTÃO 75

Leia o caso a seguir.

B. T. praticou um crime sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, portanto passível de acordo de não persecução penal (ANPP). B. T., ainda no curso do inquérito policial, confessa formalmente a prática do crime e, considerando outros elementos de informação, o delegado de polícia encerra o inquérito policial, indiciando B. T.

O Ministério Público, ao analisar o caso, decide por não ser possível realizar o acordo, pois verificou como hipótese de não aplicação do instituto

- (A) o cabimento de transação penal, de competência do juizado especial criminal.
- (B) a confissão voluntária do indiciado durante o trâmite do procedimento investigativo.
- (C) que o indiciado já havia sido beneficiado pela suspensão condicional do processo dez anos antes da prática do novo delito.
- (D) que o crime foi praticado contra vítima mulher.
- (E) que os elementos probatórios indicaram ausência de tentativa anterior de reparação do dano causado.

QUESTÃO 76

Leia o caso a seguir.

C. P., funcionário público, está sendo investigado pela prática de corrupção passiva, tendo o delegado de polícia solicitado quebra do sigilo da comunicação telefônica. O juiz competente, ao analisar o caso, deferiu o pedido.

Imediatamente, o advogado desse funcionário público, com o fim de questionar a decisão,

- (A) interpõe recurso de apelação.
- (B) interpõe recurso em sentido estrito.
- (C) impetra *habeas corpus*.
- (D) impetra *habeas data*.
- (E) interpõe agravo em execução.

QUESTÃO 77

Recebida a denúncia, o juiz procede a leitura crítica, decidindo por recebê-la e, com o fim de garantir o contraditório e a ampla defesa, por proceder a citação do réu. Para tanto, nos termos do Processo Penal, tal citação poderá ser feita

- (A) em regra, por meio de mandado, quando o réu estiver em território nacional, a ser cumprida por oficial de justiça.
- (B) por precatória, caso o réu esteja em lugar sabido, mas fora da jurisdição do juiz processante.
- (C) em regra geral, por edital, em que se presume que o réu teve ciência de sua citação, garantindo a economia do processo judicial.
- (D) por hora certa, quando o réu não foi encontrado para ser citado e está em lugar não sabido.
- (E) por citação ficta, quando o réu estiver preso, a ser publicada em diário oficial.

RASCUNHO

QUESTÃO 78

Segundo o art. 155 do Código de Processo Penal, "o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas". Pode-se diferenciar os três tipos de provas mencionados no texto legal da seguinte forma:

- (A) as provas cautelares são aquelas em que o contraditório e a ampla defesa são respeitados, uma vez que se configura como prova processual; as provas não repetíveis e as provas antecipadas, por serem provas pré-processuais, possuem contraditório mitigado.
- (B) as provas cautelares podem ser exemplificadas com aquelas provenientes de quebras de sigilo, como a interceptação telefônica, produzidas durante a fase investigativa; as provas não repetíveis podem ser exemplificadas como aquelas que só acontecem por autorização judicial, a exemplo da colheita do testemunho de pessoa gravemente enferma; e as provas antecipadas são aquelas feitas no curso da investigação, por meio de ações policiais, como o exame de corpo de delito.
- (C) as provas cautelares são admitidas no direito brasileiro para garantir a consecução da justiça quando houver risco de desaparecimento da prova antes do término do processo judicial; já as provas não repetíveis e as provas antecipadas, apesar de previstas no Código do Processo Penal, não foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
- (D) os três tipos de provas citados são admitidos no direito brasileiro, desde que, no momento de sua consecução, seja garantida a observância do contraditório e da ampla defesa, todavia elas se diferenciam pelo seu objeto. As provas cautelares têm como objeto o atendimento à decisão judicial no curso do inquérito; as provas não repetíveis servem para garantir que o perecimento do objeto não prejudique o processo; e as provas antecipadas são aquelas que possuem como objeto a decisão discricionária da autoridade policial.
- (E) as provas cautelares são aquelas em que há um risco de desaparecimento do objeto da prova por decurso do tempo; as provas não repetíveis são aquelas que não podem ser reproduzidas genuinamente em juízo; e as provas antecipadas são aquelas feitas, mediante autorização judicial, em momento processual distinto do legalmente previsto.

RASCUNHO**QUESTÃO 79**

Leia o caso a seguir.

S. E., aposentado, sofreu estelionato. No dia 25 de abril de 2023, depositou o valor de R\$ 1.000,00 em conta corrente do estelionatário, localizada na agência bancária do Município X, fato autorizado pela instituição bancária, com sede no Município Y. Sendo morador do Município Z, S.E. procura a Delegacia Especializada em Fraudes da cidade, em que narrou os fatos.

Considerando os critérios para fixação de competência, será competente o juízo criminal da comarca do Município

- (A) Z, uma vez que a competência para julgar o crime de estelionato praticado mediante transferências de valores é o do domicílio da vítima.
- (B) X, uma vez que a competência é definida pela regra geral do lugar onde aconteceu o efetivo prejuízo da vítima, ou seja, no momento do apossamento da vantagem ilícita pelo estelionatário.
- (C) Y, considerando o fato de que a instituição bancária é quem será considerada a vítima, uma vez que terá que ressarcir o dano sofrido por S.E.
- (D) Y, uma vez que o foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade de transferência de valores, é o do local onde se deu autorização do pagamento.
- (E) X, uma vez que a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

QUESTÃO 80

Nos termos do Código de Processo Penal, entre as medidas assecuratórias,

- (A) caberá o arresto dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.
- (B) caberá a hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado, que poderá ser requerida pelo ofendido depois da sentença definitiva, sem necessidade de certeza da infração e indícios suficientes da autoria.
- (C) caberão o arresto, o sequestro ou a hipoteca legal, podendo o juiz determinar a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, mas não para suprir dificuldade para sua manutenção.
- (D) caberá, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, ordenação do sequestro pelo juiz, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.
- (E) caberá o sequestro dos bens imóveis, que será atuado de forma apartada, admitindo embargos de terceiro, sendo que a decisão judicial substitui a necessidade de inscrição no Registro de Imóveis.

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Registra em seus termos o art. 886, do Código Civil:

Art. 886: Não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.

Partindo de tal premissa, redija um texto formal, com no máximo 30 linhas, expondo o conceito relativo ao enriquecimento sem causa, argumentando e detalhando uma ou mais hipóteses específicas para enquadrar o art. 886 citado no enunciado.

Questão 02

A respeito no nepotismo no âmbito da administração pública brasileira, o Supremo Tribunal Federal dispôs:

Súmula Vinculante 13

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

Apesar de a súmula vinculante ter sido publicada em agosto de 2008, a corte constitucional não esgotou todas as possibilidades de nepotismo na Administração Pública, uma vez que são inúmeras as possibilidades fáticas, devendo cada caso ser apreciado à luz constitucional. Em síntese, ainda que não inclusas no texto sumular, as demais hipóteses de nepotismo poderão ser declaradas inconstitucionais à luz do artigo 37, caput, da CF/1988. De acordo com o exposto, redija um texto de até 30 linhas que responda os pontos a seguir: a) quais são os princípios norteadores da Administração Pública e suas principais características?; b) dentre os princípios anteriormente mencionados, quais podem ser relacionados com a vedação do nepotismo sumulada pela Corte Constitucional? Justifique.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30